

Empresa Municipal de Água e Resíduos

“A situação financeira da EMAR é, como sempre foi, equilibrada”

O anterior conselho de administração da empresa municipal responsável por gerir a água e os resíduos do concelho veio a público, de rosto levantado e “consciência de dever cumprido”, para responder às acusações da autarquia, acusando o novo executivo socialista de “extrapolar” o resultado do relatório da auditoria à EMAR falando em prejuízos na ordem dos 13 milhões quando o atual passivo é de 6,7 milhões

.....
MARIA MERELLES

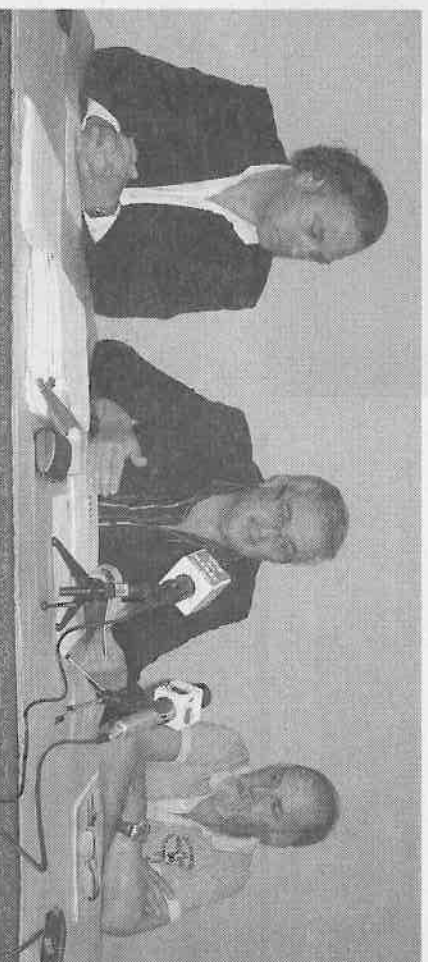
Os antigos membros do Conselho de Administração da Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Vila Real (EMAR) responderam, no dia 14, às acusações feitas em junho pelo executivo socialista da Câmara Municipal sobre as contas da empresa, considerando que a auditoria não trouxe nada de novo mas que foi feita uma leitura “errada” e “desonesta” dos números.

“As contas de qualquer empresa são analisadas e lidas por princípios contabilísticos, tudo o resto são distorções da realidade”, explicou Miguel Esteves, ex-presidente do Conselho de Administração da EMAR, considerando que “as afirmações feitas revelam desconhecimento das regras contabilísticas”.

Rui Santos, atual presidente da Câmara, denunciou em junho que o resultado da auditoria apanhou o executivo “de surpresa” pela “situação caótica” que foi encontrada na empresa, nomeadamente “um prejuízo por ano de mais de um milhão de euros, sendo que o total pode chegar aos 14,5 milhões”.

Contrapondo os números apresentados, António Camilo Areias, do antigo Conselho de Administração, garante que “os auditores fizeram uma análise correta da situação anual da EMAR” e a autarquia é que fez “uma extrapolção” com o objetivo de fazer uma “política de lama”.

“Ora, conforme e referido no próprio relatório da auditoria, o



ativo da empresa era, em setembro de 2013 de 30,4 milhões (28,9 milhões em dezembro)”, calculou Miguel Esteves, revelando ainda que o passivo era de 8,1 milhões em setembro e de 6,7 milhões em dezembro, uma redução fruto da amortização de cerca de 1,2 milhões nas dividas à Água de Trás-os-Montes e Alto Douro (ADT/MAD) e à Resinorte (empresa de gestão de resíduos) durante o ano de 2013.

“Os resultados transcritos não são divida. Estes não podem ser somados a nada pois encontram-se plasmados no ativo da empresa”, reforça o ex presidente da EMAR, deixando sempre a certeza de que “as contas são, como sempre forma, públicas e auditas por auditores externos e que “a situação financeira é equilibrada e devidamente enquadrada nos relatórios e contas, nomeadamente de 2010, 2011, 2012 e 2013, recentemente aprovados pelos novos executivos (conselho de administração e Câmara Municipal). Miguel Esteves lamenta que

a auditoria feita não tenha como objetivo “a deteção de estranhanços e a melhoria do grau de eficiência da organização”, mas sim seja utilizada como “arma de arremesso político, tendo em causa a credibilidade da empresa e daqueles que a dedicaram parte das suas vidas, com total entrega e empenho ao serviços aos cidadãos, empresas e instituições do concelho”.

O mesmo responsável, contrapõe as dúvidas levantadas ao nível da gestão e da alegada “falta de definição de estratégia e missão” enumerando um conjunto de documentos como planos diretores, relatórios e contas e vários outros documentos.

“É transmitida a ideia que a empresa funcionou sem regras, o que, de todo, não podemos admitir”, sublinhou ainda Miguel Esteves, lembrando que a ser assim como teria sido possível nos dez anos da sua existência, construir e reabilitar cerca de 89,400 metros de rede de abastecimento de água e 82.200 metros de novas redes de esgotos” e “gerir

cerca de 28 mil contadores”.

“Como é que a empresa se tornou, segundo dados da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, numa das estruturas mais eficientes da região Norte e a mais eficiente da região Norte interior?”, questionou.

Reforçando a ideia de que as “contas são claras e transparentes”, António Camilo Areias defendeu ainda que “a EMAR não é uma empresa comercial”, é uma “empresa social”. “É uma empresa que existe para prestar o melhor serviço aos cidadãos ao melhor preço possível, e com o mínimo de lucro e prejuízo”.

Miguel Esteves conclui dizendo que o conselho de administração que o concelho tem “plena consciência do dever cumprido”, de ter “tomado as decisões com total espírito de missão” e de que “voltaria a tomar grande parte dessas decisões tendo em linha de conta a realidade e as circunstâncias dos momentos”.

Dicas para um Verão descansado - II

Espaço Europa

Com o início das férias e milhões de europeus a planejar viagens dentro e fora da Europa, aqui ficam algumas dicas úteis da União Europeia.

E se precisar de recorrer a um médico no estrangeiro?

Se adoecer ou sofrer um acidente durante uma viagem a um país da União Europeia, à Islândia, ao Liechtenstein, à Noruega ou à Suíça, tem direito a tratamento médico em situações de urgência. Com o Cartão Europeu de Seguro de Doença (CESD), poderá ser mais fácil, o tratamento que receberá será prestado nas mesmas condições e ao mesmo preço dos aplicados aos cidadãos do país que esta a visitar. Em Portugal, o cartão é emitido pela Segurança Social.

Há uma aplicação disponível que poderá descarregar gratuitamente para smartphones onde pode encontrar todas as informações que precisa na área da saúde, como telefones de emergência e informações sobre tratamentos abrangidos e respetivos custos.

Como posso reduzir as contas telefónicas quando estou em viagem?

Com a redução dos preços para este verão, a UE está a ajudá-lo a poupar quando viaja. A maior redução será no roaming de dados: de 45 centimos por MB para 20 centimos por MB. Além disso, desde o dia 1 de julho de 2014, alguns prestadores de serviços de comunicações móveis na Europa permitem que opte antes da viagem por um contrato distinto para o roaming e, quando possível, escolher um prestador de serviços de dados em roaming no país que vai visitar. Desta forma, é possível comparar ofertas de roaming e beneficiar de ofertas e preços mais interessantes enquanto estiver de férias. Para efetuar e receber chamadas pagadas, respetivamente um máximo de 19 centimos e cinco centimos por minuto. O envio de mensagens de textos será de 20 centimos por minuto.

Comprei uma viagem organizada, mas o operador falhou. Posso ser reembolsado?

Há legislação da União Europeia (diretiva relativa as viagens organizadas) que protege os consumidores europeus em férias e abrange pacotes de viagens pré-organizadas que combinam pelo menos dois dos seguintes serviços: 1) transporte, 2) alojamento, 3) outros serviços turísticos tais como excursões (tudo incluído no preço global). A legislação garante uma proteção que abrange as informações nas brochuras, o direito de cancelamento sem penalização, a responsabilidade pela prestação dos serviços (por exemplo, hotéis de qualidade insuficiente), bem como proteção no caso de insolvência de um operador turístico ou de uma companhia aérea.

Gostei tanto das minhas férias que estou a pensar adquirir um timeshare na mesma estância. O que devo ter em conta?

Grças à legislação da UE, os vendedores de regimes de timesharing devem fornecer informações pormenorizadas aos clientes antes de estes ficarem vinculados a um contrato, designadamente o preço a pagar, a descrição do produto e o período exato de estadia a que têm direito no âmbito do contrato. Estas informações devem ser prestadas na língua materna do cliente se este assim o solicitar. As regras garantem também que os clientes podem rescindir o contrato durante um período de 14 dias após a celebração a sua celebração. O vendedor não pode pedir aos clientes qualquer forma de pagamento adelantado ou depósito durante esse período. Antes da celebração do contrato, o vendedor tem de informar explicitamente o cliente da existência do direito de rescisão, do respetivo prazo e da proibição de cobrar qualquer pagamento adelantado durante esse período.

O que deve ter em atenção se pedir um empréstimo para pagar um pacote de férias?

A legislação da União Europeia relativa ao crédito ao consumo contém-lhe alguns direitos quando recorre ao crédito. Não se esqueça de antes de assinar um contrato, deve receber informações suficientes para poder comparar as diferentes ofertas no mercado. Por outro lado, assim que assinar o acordo, deverá receber uma cópia do mesmo. Se mudar de ideias, dispõe de 14 dias para rescindir o contrato e deve ser possível ser reembolsado o seu crédito mais cedo do que o previsto mediante uma compensação justa.

Nova direção

ACTIVR liderada por Urbano Miranda

Associação Comercial e Industrial de Vila Real (ACIVR) elegeu, no dia 11, os seus novos órgãos sociais, cuja direção é agora liderada por Ur-

bano Miranda.

A lista A saiu vencedora do sufrágio contra a lista B, encabeçada por José Pedro Branco.

Além de Urbano Miranda,

para presidente da direção,

foram assim eleitos António Matos, para presidente da Mesa da Assembleia Geral, e Manuel Fernandes, para líder da Comissão Fiscal.

A tomada de posse da nova equipa está marcada para a próxima segunda-feira, dia 21, pelas 17h00.

MM